

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-03-20

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Fernandes, T. (2023). Revolução, contrarrevolução e democracia: Portugal e Grécia, 1960s – 2000s. In Maria Inácia Rezola, Lisandro Cañón (Ed.), *O povo está com o MFA!: A revolução dos cravos, 50 anos depois*. (pp. 266-300). Rio de Janeiro: Brava Gente.

Further information on publisher's website:

<https://books.google.pt/books?id=FEy7EAAAQBAJ&pg=PP3&lpg=PP3&dq=o+povo+est%C3%A1+com+o+mfa!+a+revolu%C3%A7%C3%A3o+dos+cravos,+50+anos+depois.+lisandro+ca%C3%B1%C3%B3n&source=bl&ots=0dmtFMUyM3&sig=ACfU3U2wuGDokyOEE3T6vIcWo75pMMhVsg&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi06ILH0oKFAxViU6QEHeafCWE4ChDoAXoECAIQAw#v=onepage&q=o%20povo%20est%C3%A1%20com%20o%20mfa!%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20cravos%2050%20anos%20depois.%20lisandro%20ca%C3%B1%C3%B3n&f=false>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Fernandes, T. (2023). Revolução, contrarrevolução e democracia: Portugal e Grécia, 1960s – 2000s. In Maria Inácia Rezola, Lisandro Cañón (Ed.), *O povo está com o MFA!: A revolução dos cravos, 50 anos depois*. (pp. 266-300). Rio de Janeiro: Brava Gente.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

**Revolução, Contrarrevolução e
Democracia:
Portugal e Grécia, 1960s –
2000s**

Tiago Fernandes

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)

1. Introdução

Este capítulo apresenta uma nova interpretação sobre a qualidade da democracia portuguesa. A sua ideia central é que o impacto do ciclo de protesto das décadas de 1960-1970, na medida em gerou o que denominamos uma coligação progressista, reforçou a qualidade da democracia Portuguesa na longa-duração. Uma coligação progressista é definida por nós como uma aliança temporária entre partidos políticos do centro-esquerda e da esquerda radical e uma diversidade de organizações e movimentos sociais (p. ex., sindicatos, estudantes, moradores, mulheres). Quanto mais fortes são essas alianças em momentos de mudança de regime, maior é a incorporação da sociedade civil no Estado e na formulação de políticas públicas, o que na longa duração reforça a representação dos interesses populares no regime democrático que se está a formar.

Na Europa do Sul as décadas de 1960 e 1970 são talvez o último grande período de democratização através do protesto popular. Embora parte do longo ciclo mundial de protesto que afetou as democracias industrializadas da Europa e da América do Norte, assim como os regimes autoritários da América Latina e do Leste Europeu, foi na Europa do Sul que ocorreram os ciclos de protesto mais marcantes. Acontecimentos como o *Mai de 1968* em França, a *Revolução dos Cravos* de 1974 em Portugal, ou os *Anos de Chumbo* em Itália destacam-se como conjunturas de intensa conflitualidade política e ressonância simbólica, que ficaram na memória colectiva e que moldaram as instituições dos respectivos países até aos dias de hoje (Bermeo 1997; della Porta et al. 2018).

Por outras palavras, esse período constitui a última grande vaga revolucionária Europeia, uma conjuntura excepcional, onde a ação coletiva combinou reivindicações de bem-estar material imediato (salários, proteção social) com ações tendentes à radical transformação das estruturas económicas e sociais, tais como a família patriarcal, o sistema capitalista e a própria democracia liberal. Influenciados pelos movimentos anticoloniais africanos e asiáticos, a revolução cultural chinesa, o movimento americano dos direitos civis e os debates teóricos no interior do marxismo ocidental, os novos movimentos sociais (estudantes, moradores, mulheres) empenharam-se em lutas pela autonomia, ao lado de uma das mais vastas mobilizações operárias da história europeia. Nas palavras de Michel Crozier, este período estabeleceu “a revolução como um modo de vida” (Crozier 1981, 236; Suri 2003; Tarrow 2018).

Portugal é um país especialmente interessante para se estudar a forma como os estes conflitos políticos conduziram a transformações institucionais, organizacionais e culturais de longo prazo, pois a revolução portuguesa de 1974-75 foi a última revolução de inspiração socialista da Europa Ocidental. Após o colapso do império colonial português, inúmeras vagas de mobilização popular nas cidades e nos campos

“subverteram temporariamente os princípios da hierarquia social”, na expressão de Robert Fishman, ocupando casas vazias, municípios, fábricas e propriedades agrícolas (Fishman 2019; Bermeo 1986; Cerezales 2003; Downs 1983; Ramos Pinto 2008; Rezola 2008). Como Duran-Muñoz (2000) documentou na sua análise do protesto dos trabalhadores nos anos 1974-75, 57% dessas ações foram de tipo transgressivo e radical.

Investigação recente tem considerado que a democracia portuguesa possui níveis de consolidação e qualidade superiores às restantes democracias da Europa do Sul. Por exemplo, a compra de voto persiste em Itália e na Grécia, tal como o uso particularista de obras públicas para angariar apoio aos governos. Em Portugal, pelo contrário, desde o início da década de 1970, a emergência de um sistema partidário fortemente ideológico e estruturado numa competição clara entre esquerda e direita, apagou a maior parte dos vestígios de relações clientelares. Portugal possui ainda o sistema eleitoral mais proporcional do sul da Europa, sendo por isso especialmente aberto à representação de novos movimentos e ideias políticas. Essa abertura institucional tem efeitos positivos, ao permitir a incorporação regular de novas forças partidárias no âmbito institucional e no processo democrático, como foram o PRD (*Partido da Renovação Democrática*) nos anos 1980, e o *Bloco de Esquerda* (BE) a partir de 1999 (Fernandes 2018; Cancela 2018). Desta forma, tem sido possível conjugar a renovação política, através da entrada no parlamento de novas forças, com a preservação da estabilidade do sistema partidário. Os antigos partidos de direita e esquerda mantêm as suas raízes no eleitorado enquanto que os novos partidos, sobretudo a esquerda radical representada pelo BE, assimilaram as normas de consenso e negociação democráticas por meio da prática parlamentar.

Esta estabilidade do sistema partidário português mantém-se até hoje. Por exemplo, no rescaldo da Grande Recessão (2010-2014), não se verificou o crescimento desmesurado de partidos populistas, tanto de direita como de esquerda, ao contrário de outros países do sul da Europa, como a Itália e a Grécia. Em Portugal os governos pró-austeridade da direita não foram substituídos por um novo partido, mas por um outro partido fundador da democracia portuguesa, neste caso os socialistas (Sanchez 2018). Nas eleições de 2015, a coligação de direita (PSD e CDS-PP) deu lugar a um governo socialista minoritário, que prosseguiu uma agenda igualitária e a reversão da maioria das políticas de austeridade anteriormente implementadas. Mais, fê-lo em aliança com os restantes partidos de esquerda já estabelecidos no sistema, os comunistas (PCP) e o bloco de esquerda (BE) (Fernandes 2018; Lisi 2016).

Outras dimensões atestam a qualidade da democracia portuguesa. Em termos de democracia local, apesar de uma herança histórica de centralização administrativa desde o sec. 19, foi possível criar governos locais abertos e autónomos no rescaldo da revolução de 1974-75, através do esforço conjunto dos novos partidos democráticos e de movimentos populares (Magalhães 2018). Também a representação política

feminina em Portugal exibe um desempenho superior a Itália e à Grécia. Portugal apresenta um nível médio de representação feminina em cargos políticos (parlamento e governo) no período 2000-2018 (25% a 40%) superior a estes países (embora abaixo da Espanha e da França) (Costa 2018). Finalmente, o Estado-providência português (benefícios de desemprego, pensões, sistema de saúde) é um exemplo de que é possível reduzir gradualmente a desigualdade e aumentar o bem-estar da população mesmo tendo passado por três crises económicas e intervenções de resgate financeiro externo no período democrático (Branco 2018). O que explica então esta singularidade da democracia portuguesa?

2. Teorias rivais da democratização: Portugal e a Europa do Sul

Um conjunto consagrado de teorias enfatiza o papel das elites do regime anterior, argumentando que a consolidação democrática só é possível quando estas estão no controlo do processo de transição, seja através de um forte partido herdeiro do período autoritário capaz de vencer eleições democráticas, seja através de negociações com a oposição. O fator crucial aqui é a necessidade de a elite do regime autoritário garantir a sua sobrevivência económica e política na democracia emergente. Se isso não acontecer, e dado o controle da elite sobre os meios de coerção militares e policiais, o processo de transição pode ser interrompido. Por sua vez, isto também implica que a oposição seja derrotada nas primeiras eleições democráticas ou que modere as suas reivindicações e a mobilização popular durante a transição de regime (O'Donnell e Schmitter 1986; Gunther, Diamandouros e Puhle 1995; Linz 1997; Slater e Wong 2013).

Este capítulo procura refutar esta linha de argumentação. Foi nos países onde os anos 1960-70 assistiram ao estabelecimento de pactos entre elites que a democracia se veio a revelar menos consolidada, como a Grécia, Itália, e até certo ponto, a Espanha. Em primeiro lugar, uma boa parte da esquerda e dos movimentos sociais durante a transição eram bastante moderados nas suas reivindicações. Em Itália, por exemplo, o ciclo de protestos dos anos 1960 e 1970 deu lugar a um compromisso entre a centro-direita (a DC, *Democracia-Cristã*) e o partido comunista e os sindicatos. A transição grega de 1974 também esteve nas mãos de um partido que reuniu as elites conservadoras do regime semidemocrático do pós-guerra (a ND – *Nova Democracia*). E fortes partidos herdeiros de partidos autoritários prosperaram em Itália (os neofascistas do MSI) e em Espanha (os neofascistas da *Fuerza Nueva*; os franquistas da linha dura da AP - *Alianza Popular*; e os moderados franquistas da UCD - *Union del Centro Democrático*). Assim, tal como noutras regiões, como a América Latina, o preço que a democracia pagou pelos pactos e pela sobrevivência de partidos pós-autoritários fortes foi o conluio das elites, eleições pouco competitivas, desigualdade e corrupção (Karl 1990; Flores-Macias 2018). Pelo contrário, em Portugal não houve um partido herdeiro da

União Nacional, o partido do regime Salazarista, e a transição democrática foi marcada por profundas rupturas na sociedade e nas instituições levadas a cabo por novos partidos e movimentos populares que reivindicavam mudanças radicais.

Outro conjunto de argumentos defende que as raízes da qualidade democrática estão numa ruptura rápida e profunda com as estruturas institucionais e sociais do passado autoritário operada pela mobilização de grupos populares em momentos de transformação de regime (Fishman 2011 e 2019; della Porta 2014; Tilly 2004). As revoluções sociais são exemplos extremos desse padrão, onde os altos níveis de protesto social e as agendas igualitárias das diversas lideranças revolucionárias levam a uma rápida transformação das instituições e das hierarquias sociais. No longo prazo, as democracias nascidas da revolução seriam assim mais inclusivas dos interesses e vozes dos desprivilegiados, mais participativas e com estados providência mais igualitários (Fishman 2011 e 2019; Bermeo 1986; Fernandes 2014; Fernandes e Branco 2017).

Este argumento é parcialmente confirmado por este capítulo. Portugal, no rescaldo da revolução de 1974-75, tornou-se uma democracia mais inclusiva do que Espanha, o próprio modelo de transição guiada pelas elites. Em Portugal, a igualdade política foi levada mais a sério, as novas elites partidárias foram mais abertas aos excluídos e aos interesses populares, o padrão de formulação de políticas públicas tornou-se rapidamente mais igualitário (emprego, habitação e mercado de trabalho) (Fishman 2011 e 2019) e as sociedades civis tornaram-se mais fortes e participativas (Bermeo 1983 e 1986; Fernandes 2015; della Porta, Fernandes et al. 2018). Pelo contrário, a continuidade das instituições e políticas do passado autoritário na Grécia e na Itália pós-1970 fez com que as elites partidárias da esquerda e direita democráticas generalizassem as práticas de clientelismo político pré-existentes.

A mobilização da sociedade civil durante a conjuntura de transformação de regime em 1974-75 foi um fator causal crucial na criação de uma democracia robusta. Por exemplo, impediu a sobrevivência das redes locais de clientelismo rural herdadas do regime anterior (Fernandes e Branco 2017). Durante a revolução portuguesa, a capacidade de auto-organização dos jornalistas em sindicatos e comissões de redacção levou à sua maior profissionalização, o que contribuiu também para um maior pluralismo e imparcialidade mediática em Portugal (Pereira e Sousa 2018). E sindicatos fortes, com vínculos estreitos com partidos da esquerda e uma ampla base de associados, estimularam a participação eleitoral (Cancela 2018; Fernandes 2019 e 2019a).

Contudo, a ocorrência de uma revolução social não é em si própria suficiente para explicar os padrões de qualidade democrática em Portugal. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que a maioria das revoluções sociais não originou regimes democráticos (Huntington 1969; Skocpol 1979; Levitsky and Way 2022). Quanto muito, apenas algumas revoluções sociais terão contribuído para a emergência de

regimes democráticos, e apenas de forma indirecta e na longa duração, após décadas de extrema conflitualidade social e violência política (ex. França, 1789-1875; Tilly 1975). E mesmo naquelas democracias que surgem imediatamente após um processo revolucionário, como Portugal, o seu impacto e legado é frequentemente contestado. Por exemplo, até 1982 os partidos de direita rejeitaram totalmente a Constituição de 1976, considerada demasiado de esquerda, sempre tentando revertê-la e alegando que deveria ser submetida a referendo popular (Santana-Pereira e Sousa 2018). O consenso cultural sobre a revolução como momento positivo fundador da democracia portuguesa nunca foi uniforme (Raimundo e Dias 2020). Um caso recente foi protagonizado pelo governo de coligação de direita liderado pelo PM Pedro Passos Coelho durante a *Grande Recessão* (2011-2015), que implementou políticas económicas e financeiras ainda mais duras do que as propostas pela troika que financiava o resgate português (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional). Este governo rejeitou publicamente o legado da revolução, procurando ainda rever os princípios de igualdade de direitos e proteção consagrados na constituição de 1976 (della Porta, Fernandes et al. 2017).

3. O impacto e os legados dos ciclos de protesto: uma reconceptualização

É assim necessário olhar mais de perto para as condições contextuais específicas através das quais a sociedade civil é capaz de introduzir dinâmicas transformadoras profundas nas instituições e na sociedade durante os ciclos de protesto. Uma dessas condições é através da formação do que chamamos uma coligação progressista. Estas são alianças temporárias, mas amplas, de novos e antigos movimentos sociais (p. ex., sindicatos, organizações religiosas, estudantis e de moradores) com partidos de centro-esquerda (socialistas) e da esquerda radical (comunistas), que compartilham um quadro ideológico igualitário e se comprometem com uma transformação profunda e radical da sociedade e das instituições (Fernandes e Branco 2017; Fernandes 2018 e 2018b). Quanto mais forte for uma coligação progressista durante o ciclo de protesto, maior será a qualidade da democracia no longo prazo.

No sul da Europa, região historicamente caracterizada por uma esquerda dividida e uma sociedade civil polarizada, o ciclo de protesto dos anos 1960 e 1970 foi um momento crítico onde esse legado pôde ser superado. Nalguns países, como Portugal (e França), emergiram fortes coligações, tornando a democracia, no longo prazo, mais resiliente, igualitária e inclusiva. Por exemplo, durante a mobilização cívica das décadas de 1960 e 1970, os diversos movimentos de luta pela democracia local – associações de moradores, movimentos autonomistas, grupos católicos auto-organizados – foram incorporados em amplas

frentes eleitorais, juntamente com partidos socialistas, comunistas e pequenos partidos centristas, estabelecendo um programa político comum. Quando chegaram ao poder, instituíram reformas de profunda democratização das administrações locais e/ou regionais. Em Portugal, o protagonista foi o *Movimento Democrático Português - Comissões Eleitorais Democráticas* (MDP - CDE) uma frente comum de comunistas, socialistas, social-democratas e católicos progressistas que após o fim da ditadura em 25 de abril de 1974 negociou a formação dos governos provisórios e assumiu o poder da maioria dos municípios, trabalhando ao lado de organizações de bairro para superar o forte legado centralista da ditadura (Fernandes e Branco 2017).

A literatura já apontou a importância de coligações deste tipo para a qualidade da democracia, o que Terry Karl denominou de “coligações de justiça” (Karl 2014, 126-127; Bermeo e Yashar 2016). Mas aqui vamos mais longe do que os estudos existentes sobre a relação entre coligações e democracia. Em primeiro lugar, para que essas alianças sejam realmente transformadoras, é necessário que os diversos grupos que constituem a coligação partilhem uma cultura que enfatize a necessidade de profunda transformação das estruturas sociais e económicas. Não basta mudar as instituições e os modos de formulação de políticas, mas é a própria sociedade e as suas estruturas de poder que devem mudar. Nas décadas de 1960 e 1970, esse cimento ideológico foi fornecido por uma versão particular do socialismo, a meio caminho entre a social-democracia e o leninismo revolucionário.

Em segundo lugar, do ponto de vista organizacional, este tipo de coligação é fluida, instável e sobretudo temporária. O seu impacto é sentido principalmente em conjunturas particulares, como os ciclos de protesto ou eleições. Nesse sentido, este tipo de coligação é bastante diferente do modelo de mudança política da social-democracia tradicional, que repousa em organizações da sociedade civil coerentes, disciplinadas e fortemente institucionalizadas a nível nacional e numa esquerda unida sob um único partido de massas (Esping-Andersen 1985 e 1998).

Por último, procuraremos demonstrar que o impacto das coligações progressistas foi em grande medida determinado por legados do passado não democrático. Esta é a última parte do nosso argumento. Quanto mais forte a presença de uma direita antidemocrática, o que historicamente se denominou contrarrevolução, no aparelho de Estado, nas instituições, no sistema partidário e na sociedade civil, mais repressiva e violenta foi a sua reação ao ciclo de protesto dos anos 1960 e 70, quer através da coerção policial e militar, quer pela acção de grupos e milícias na sociedade civil (vd. della Porta 1995 para os casos da Itália e da Alemanha). Como consequência, a violência política viria igualmente a ser adoptada como um repertório de acção por uma parte da esquerda e dos movimentos sociais, que ao radicalizarem-se afastariam de si os partidos e sindicatos da esquerda moderada. Estes, por sua vez, vir-se-iam forçados a estabelecer acordos com partidos da direita conservadora no sentido de protegerem o regime democrático

contra os extremistas, tanto da direita como da esquerda. Contudo, a consequência disso foi a reprodução dos sistemas clientelares pré-existentes que suportavam a direita conservadora, liberdades cívicas mais restringidas e a impossibilidade de aprofundar-se a qualidade da democracia. Através de uma comparação entre Portugal e Grécia demonstraremos este argumento.

Portugal

Em Portugal a presença da extrema-direita nas vésperas da Revolução de 1974-1975 era relativamente fraca. O regime do *Estado Novo* de Salazar era sobretudo uma ditadura de tipo tradicionalista e corporativo, mantendo-se pela desmobilização política. Ao contrário da Itália e mesmo da Espanha, o regime português nunca foi influenciado significativamente pelo fascismo. Salazar, que via os fascistas portugueses (os *Camisas Azuis*) como inimigos, já em 1936 forçara a maioria dos seus dirigentes ao exílio (Pinto 1995 e 2015). Como consequência, no início dos anos 1970 não havia um movimento de massas de tipo neofascista no país.

Também o rápido saneamento das elites políticas e administrativas do Salazarismo levado a cabo pelos militares do *Movimento das Forças Armadas* (MFA) logo após o 25 de abril de 1974 desarticulou a extrema-direita. Os governos locais, as lideranças militares e a polícia foram completamente expurgadas, com muitos oficiais enviados para a prisão ou para o exílio. A nova lei eleitoral aprovada no verão de 1974 também destituiu de direitos políticos (votar e de ser eleito) os dirigentes da *União Nacional* e das organizações juvenis do regime, bem como os governadores civis, os juízes de tribunais militares e todos os membros do governo e do parlamento (Fortes 2009, 130-131; Pinto 1995b e 1998; Rezola 2008).

Alguns simpatizantes do anterior regime reuniram-se em torno do general António de Spínola, que logo após o golpe de abril de 1974 se tornou o primeiro presidente do país e presidiu à Junta de Salvação Nacional, a estrutura que substituiu o governo da ditadura. Spínola opunha-se aos planos do MFA para uma rápida descolonização e queria continuar as guerras coloniais até que fosse possível estabelecer uma federação entre as colónias e Portugal. Spínola também queria adiar a convocação de uma assembleia constituinte, preferindo que eleições presidenciais diretas ocorressem primeiro, pois nelas planeava ser eleito por uma larga maioria, abrindo-se assim caminho à criação de um regime presidencialista em torno da sua figura (Rodrigues 2010).

Depois de vários confrontos com o MFA e os partidos socialista e comunista, que se opuseram aos seus planos, Spínola tentou dois golpes militares, cada vez mais apoiado por elementos de extrema direita e antigos oficiais da ditadura, um em 28 de setembro de 1974 e outro em 11 de março de 1975. Os golpes foram abortados através da mobilização conjunta da sociedade civil, do MFA e dos partidos de esquerda e

Spínola, derrotado, acaba por se exilar em março de 1975. Estes episódios marcaram a derrota definitiva dos últimos representantes da extrema-direita portuguesa (Cerezales 2003, capítulos 5 e 6; Pinto 2001; Rodrigues 2010; Sánchez Cervelló 1993, 197-199).

Assim, durante as gigantescas mobilizações populares do período revolucionário, as forças repressivas do Estado nunca estiveram nas mãos dos partidários do antigo regime. Aliás, tornou-se uma prática generalizada os militares revolucionários servirem de árbitros em disputas locais, através da nova unidade criada para o policiamento do país (o COPCON – Comando Operacional do Continente) (Cerezales 2008; Fernandes 2013). Os militares estimularam também a participação popular e o ativismo, apoiando, p. ex., organizações cívicas estudantis, como a Comissão Pró-Unidade Nacional dos Estudantes Portugueses e o Serviço Cívico Estudantil, que mobilizaram milhares de jovens durante o verão de 1974 para campanhas de alfabetização e educação nas áreas da saúde e desenvolvimento comunitário junto das populações rurais (Cardina 2008; Estanque e Bebianio 2007; Oliveira 2004).

O próprio MFA criou as suas campanhas de mobilização popular por meio de associações cívicas, culturais e cooperativas. O seu objetivo era ir além das simples práticas democráticas eleitorais e criar uma democracia local participativa e igualitária. Iniciativas importantes neste sentido foram as comissões de aldeia estabelecidas no norte e centro de Portugal, onde, pela primeira vez, as populações rurais se reuniram para discutir e decidir sobre os assuntos locais (Oliveira 2004; Vespeira de Almeida 2009; Rezola 2008).

Estes eventos levaram à rápida criação de uma cultura de tolerância do protesto social pelo exército e pela polícia, que continua até aos dias de hoje. Ainda é comum a polícia aliar-se aos manifestantes durante os períodos de mobilização, como aconteceu durante a Grande Recessão de 2011-14 (della Porta, Fernandes et al. 2017). Também uma cultura de colaboração e construção de coligações se consolidou nos movimentos sociais e partidos de esquerda (Bermeo 2010; Fernandes 2014). Embora essa coligação tenha sucumbido durante o verão e o outono de 1975, colocando militares moderados e o partido socialista contra militares radicais, a extrema-esquerda e o partido comunista, essa conjuntura não determinou a cultura do protesto no Portugal democrático. Outros processos seriam mais relevantes no longo prazo, como as grandes manifestações unitárias de oposição, nas quais MFA, PS, PCP, MDP-CDE, comissões de trabalhadores, sindicatos e associações de moradores participaram em ações políticas conjuntas. Tais ocasiões incluíram as comemorações do 1º de maio de 1974, nas quais participaram 2 milhões dos 9 milhões de cidadãos do país, bem como a maioria das manifestações entre setembro de 1974 e março de 1975 (Cerezales 2003, 119-28).

Também os governos provisórios, com exceção do quinto, constituíram uma forma de coligação progressista, ao incluírem figuras militares e civis de todos os partidos políticos de esquerda, bem como

daquele que veio a ser o primeiro partido político democrático de centro-direita em Portugal, o PSD, mas que, na época, defendia uma ideologia social-democrata (Maxwell 2009, 158-159).

O MDP-CDE foi o sucessor das *Comissões Eleitorais Democráticas* (CDEs), organizações de tipo frentista criadas para disputar as eleições da ditadura de 1969 e 1973. Nas vésperas da revolução eram bastante fortes, tendo em 1969 disputado as eleições em todos os distritos e conquistado 10,5% dos votos. Em 1973 reuniam todas as forças de esquerda (comunistas, católicos progressistas, republicanos e liberais de esquerda, socialistas), bem como vastos setores da sociedade civil (trabalhadores, estudantes, profissionais, mulheres). Foi também por meio do MDP-CDE que a oposição democrática negociou com o MFA a formação dos novos governos provisórios, tendo muitos de seus membros ocupado pastas ministeriais (Carvalho 2000, 47; Cruz 1986, 170-176; Schmitter 1999, 213 -215).

Além disso, em conjunto com associações cívicas, o MDP-CDE assumiu o controlo dos governos locais, substituindo cerca de 305 governadores civis e mais de 2000 funcionários. As comissões de bairro foram legalizadas neste processo (Pinto 1998, 35-36). Por exemplo, em Setúbal, um ano depois da revolução, 70% da população participava nestas comissões. Temas como a habitação, o saneamento, ou os transportes públicos, eram debatidos e resolvidos pela acção de grupos de trabalho compostos por membros do MDP e representantes das comissões de bairro (Cerezales 2003, 79-80).

Também o movimento sindical se consolidou na *Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses* (CGTP), que adquiriu um elevado número de membros e uma vasta capacidade de mobilização para o protesto e para a greve. O movimento sindical moderno português havia surgido em 1969, quando a ditadura liberalizou o seu sistema de representação corporativa vertical ao permitir a eleição de dirigentes sindicais nos sectores da indústria e dos serviços, o que abriu uma via para a infiltração institucional da oposição, particularmente dos comunistas. O PCP passou a controlar 30 dos 325 sindicatos oficiais e estabeleceu uma base de apoio de cerca de 160.000 trabalhadores. Foi a partir dessa base que a CGTP foi criada, tendo aos poucos também passado a incluir grupos como os católicos e os socialistas (Lucena e Gaspar 1991). Em janeiro de 1975, a CGTP era reconhecida como a única confederação sindical legal, e reconhecendo a existência de tendências internas (comunistas, maioritários; socialistas, e católicos), reservava o direito de convocar greves e negociar acordos coletivos aos seus representantes sindicais máximos. Globalmente, a adesão à CGTP atingiu um pico em 1975, aproximando-se de 80% dos 2,5 milhões de trabalhadores assalariados.

Durante a revolução, e em articulação com outras mobilizações populares autónomas, os trabalhadores ocuparam mais de 20% das terras agrícolas do país e assumiram o controle de cerca de mil empresas industriais. Por meio de comissões de trabalhadores, os grupos populares adquiriram assim não só reconhecimento institucional e estabeleceram um sistema de controle sobre questões como o emprego e

as condições de trabalho. O monopólio da CGTP também se estendeu ao campo, ao assumir o controle da redistribuição da terra. Em 1975, a penetração sindical nos distritos latifundiários do Sul era de 60% da força de trabalho agrícola (Bermeo 1997, 60; Varela 2011).

As consequências imediatas da mobilização popular durante a revolução fizeram-se sentir em muitas áreas da vida política e institucional portuguesa. A nova constituição democrática, aprovada a 2 de abril de 1976, tinha como objectivo alcançar o “socialismo democrático”, reconhecendo uma ampla variedade de direitos nas áreas do trabalho, segurança social, saúde pública, habitação, meio ambiente e qualidade de vida, educação, cultura física e desportiva e proteção à família, maternidade, infância, deficiência e velhice. Também consagrou sistemas de previdência social, saúde e educação universais e gratuitos, políticas de habitação controladas pelo nível de rendimento familiar e a proibição de despedimentos sem justa causa. Comparativamente, foi uma das constituições mais igualitárias e inclusivas do mundo (Magalhães 2015, 433).

O estado providência cresceu rapidamente sob o impacto da mobilização social de 1974-75, com grandes reformas adotadas por toda a esquerda parlamentar nos anos seguintes: a Lei do Serviço Nacional de Saúde em 1979 e a Lei de Bases da Previdência Social de 1984, que reconheceu os benefícios não contributivos como direitos sociais universais (Branco 2018; Pereirinha 2006, 117 -141).

Uma consequência direta da coligação progressista formada em 1974-75 foi a incorporação institucional da sociedade civil. Sindicatos e outras organizações de trabalhadores foram inseridos em parcerias políticas com o estado. Os despedimentos colectivos exigiam a aprovação do Ministério do Trabalho e consultas com os sindicatos. Desde então, os sindicatos adquiriram uma elevada capacidade de negociação, sendo capazes de compensar as descidas de filiação através da elevada representatividade e capacidade de negociação colectiva, mesmo após o surgimento de uma nova confederação sindical rival em 1978, a UGT. Na verdade, desde meados da década de 1980 que as duas confederações conseguem representar e negociar benefícios para cerca de 80-90% da força de trabalho, incluindo desempregados (Branco 2018).

A nova legislação sobre liberdade de associação foi também bastante liberal, apenas proibindo associações que promovessem a violência ou adotassem uma ideologia fascista. Foram igualmente suprimidas as restrições administrativas e a possibilidade de intervenção discricionária do governo na vida associativa. Os programas participativos de 1974-75 no planeamento urbano e habitacional levaram também à formação de uma sociedade civil robusta local, uma característica que se mantém ao longo de todo o período democrático (Bandeirinha 2007). Finalmente, a mobilização conjunta da sociedade civil e dos partidos de esquerda durante a revolução destruiu o poder dos caciques e grandes proprietários rurais cujo poder assentava em redes verticais de clientelismo. Como mostrou o trabalho de Baptista, as antigas

redes de coerção social e manipulação clientelar foram eliminadas através da conquista do espaço público pelos grupos populares. Isso foi alcançado principalmente por meio de três mecanismos: a hegemonia política local dos partidos de esquerda (socialistas e comunistas); o alto grau de controlo dos processos de trabalho e produção por meio de uma rede de cooperativas; e a criação de uma ampla rede de associações sociais e culturais locais (Baptista 2010, 206–208).

Nas zonas urbanas, a Constituição de 1976 reconheceu as comissões de bairro como órgãos de democracia local, com direito de petição e de participação nas assembleias distritais e municipais. As associações de bairro também receberam o reconhecimento do Estado como participantes na governação local, a par das autoridades na definição de prioridades orçamentais e na implementação de políticas de habitação, saneamento, transporte e apoio médico e de assistência à infância. Em 1986, 40% das decisões políticas dos municípios eram resultado de negociações com associações locais. Nos anos 2000, 78% das cidades médias e grandes tinham parcerias com associações locais para implementar planos sociais e de desenvolvimento. Por sua vez, esta cultura de colaboração progressiva com a sociedade civil fez dos governos locais um dos mais significativos apoiantes do protesto no Portugal democrático. Entre 2000 e 2019 estes foram aliados de movimentos sociais em 25,6 % de todas as manifestações, uma proporção muito superior à de Espanha, onde apenas apoiaram 4 % dos actos de protesto (Fernandes et al. 2020). Isto provavelmente explica também o facto de o orçamento participativo e os referendos locais serem hoje práticas comuns em mais de metade dos municípios portugueses (Fernandes e Branco 2017).

As parcerias entre o Estado e a sociedade civil nas políticas públicas a nível nacional também se tornaram frequentes. A prestação pública de diversos serviços sociais é realizada através de uma rede nacional de associações de solidariedade social. Essas parcerias foram reforçadas em todas as revisões constitucionais (1982, 1989 e 1997) e tornaram-se essenciais durante a Grande Recessão de 2011-14, quando até mesmo o governo pró-austeridade de direita recorreu a esta rede para aliviar os efeitos sociais da crise. Parcerias deste género ou não existiam ou eram muito mais débeis na Grécia, Itália e Espanha (Ascoli, Glatzer e Sotiropoulos 2013, 20–22).

A forte mobilização cívica durante a revolução também contribuiu para a competência cívica dos portugueses. Uma consequência foi a criação de uma sociedade civil pluralista e robusta pela primeira vez em Portugal. Entre 1974 e 2010, os portugueses fundaram mais associações voluntárias do que em qualquer outro momento da sua história (Fernandes e Branco, 2017). E como Nancy Bermeo mostrou, nas regiões em que o movimento operário foi mais activo durante a revolução, a participação eleitoral foi superior à média nacional, assim como a propensão a discutir questões políticas, participar em manifestações, filiar-se num partido político e colaborar em propaganda política (Bermeo 1986, 136–42; Fernandes 2014).

A cultura solidária de unidade de esquerda e a propensão a formar amplas alianças perdura até hoje. Por exemplo, as quotas de género foram estabelecidas em 1999, adotadas por toda a esquerda e depois alargadas pelo governo socialista em 2005 (Costa 2018). É prática corrente dos sindicatos portugueses defender os interesses de outros grupos, uma dinâmica criada em 1976 após o surgimento *das Comissões Contra a Carestia de Vida*, uma aliança entre a CGTP e governos locais, comissões de bairro, estruturas locais de partidos de esquerda e associações de mulheres. Os sindicatos também participam com frequência em protestos ambientais locais (18,5% desses eventos desde 1974), inclusive em pequenas localidades rurais. E as cinco greves gerais que ocorreram durante a *Grande Recessão* resultaram de uma colaboração entre as duas confederações sindicais (della Porta, Fernandes et al. 2017).

Há inúmeras instâncias de colaboração ao longo da história democrática portuguesa. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as organizações de mulheres juntam-se às ONGs locais, sindicatos e movimentos de paz em manifestações antinucleares (Tavares 1998, 60-70). O *Fórum Social Português* (2003 e 2006) reuniu movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, incluindo novas organizações (como a ATTAC – *Associação para a Tributação de Operações Financeiras para o Atendimento ao Cidadão*) e movimentos mais antigos, como as confederações sindicais e as organizações pacifistas, de mulheres e anticoloniais (Nunes 2011). Finalmente, tem sido comum os movimentos sociais participarem em greves e manifestações convocadas pelos sindicatos, defendendo os direitos dos trabalhadores não sindicalizados e dos imigrantes, mulheres e trabalhadores precários – assim como nas manifestações contra a Guerra do Iraque (2003), pela independência de Timor Leste (setembro de 1999) e nos protestos anti-austeridade de 2010-2013 (Baumgarten 2013).

Uma nova coligação progressista constituiu-se durante a *Grande Recessão*, a *Plataforma que se Lixe a Troika* (QSLT), no seguimento da adopção do programa de resgate financeiro da comissão europeia, BCE e FMI. Criada em 27 de agosto de 2012 por um grupo de 29 ativistas de diferentes movimentos e partidos políticos, rapidamente incluiu movimentos de trabalhadores precários, várias plataformas anti-austeridade, representantes do PCP e do BE, a CGTP, deputados do partido socialista e organizações da sociedade civil (ATTAC, SOS Racismo, grupos de direitos das mulheres e de homossexuais, comissões de trabalhadores e associações de militares). Foi a ação e a ampla representatividade desta plataforma que tornou possíveis as maiores manifestações anti-austeridade da Europa do Sul durante a *Grande Recessão*, onde participaram entre 800.000 e 1,5 milhões de manifestantes (8% a 15% da população). Foi também após as massivas manifestações da QSLT que a austeridade foi revertida. Embora o governo de centro-direita se tenha mantido no poder até as eleições de outubro de 2015, fraturou-se internamente, perdendo a capacidade de implementar políticas (della Porta, Fernandes et al. 2017, 179-181).

Finalmente, o município de Lisboa tem sido governado por coligações progressistas de socialistas, comunistas, partidos radicais de esquerda e movimentos de cidadãos em várias ocasiões durante os anos 1980 e 1990, uma experiência que se revelaria vital para o estabelecimento de dinâmicas semelhantes a nível nacional em 2015 (Fernandes 2018). Foi com base na experiência de governar Lisboa como líder de uma ampla coligação progressista, bem como nas alianças com organizações da sociedade civil formadas durante a recente mobilização anti-austeridade, que, em novembro de 2015, um governo socialista minoritário liderado por António Costa foi formado com o apoio parlamentar da esquerda radical (PCP e BE). No seu primeiro ano, muitas das políticas pró-austeridade foram revertidas: os salários e as reformas dos funcionários públicos foram aumentados, os planos de privatização dos transportes públicos e água foram cancelados, o salário mínimo nacional e as pensões aumentaram, a semana de trabalho de 35 horas para funcionários públicos foi instituída, e foi criado um programa de distribuição gratuita de livros escolares nas escolas primárias. O casamento entre pessoas do mesmo sexo também foi aprovado. Embora não houvesse planos de reestruturação da dívida (como defendiam o PCP e o BE) e o governo estivesse comprometido em ficar dentro dos limites do déficit público europeu, a sua agenda era bastante igualitária (Fernandes 2018). Os socialistas venceriam assim as próximas eleições gerais, em 2019, novamente com um programa pró-igualdade e anti-austeridade.

Grécia

Desde finais da década de 1940 que a extrema-direita grega é relativamente forte, ocupando posições cruciais no Estado e na sociedade civil. Durante o período semidemocrático do pós-guerra (1949-1967), controlava uma parte significativa das forças armadas e da polícia. Este foi um legado do acordo político do pós-guerra civil, que expulsou a maior parte da esquerda, e não a extrema-direita, das instituições estatais (Judt 2005, 46-51). O exército, organizado no IDEA, tornou-se numa organização ideológica anticomunista com um forte papel político, dominado por oficiais que haviam lutado ao lado dos britânicos contra os alemães e na guerra civil contra os comunistas, mas integrando também muitos que haviam colaborado com os nazis. O apoio do exército foi crucial para garantir as vitórias eleitorais do marechal de direita Papagos entre 1952 e 1963 (Mouzelis 1978, 117-118; Paschos e Papadimitriou 1998).

No início da década de 1960, esse estado de coisas foi posto em causa por uma coligação progressista, a EDA (*Esquerda Democrática Unida*), onde o partido comunista tinha forte presença e que conseguiu criar raízes na sociedade através da criação de uma série de associações locais (Mouzelis 1986, 138-139). Esta coligação governou o país entre 1963 e 1965, com George Papandreou como primeiro-ministro, até este ser demitido pelo rei. Como reação, no ano seguinte assistiu-se à maior vaga de greves da

década de 1960. Os dias de trabalho perdidos por 1.000 trabalhadores subiram de 48 em 1959 para 519 em 1966. Contudo, a crescente força eleitoral da EDA durante a década de 1960, as suas reivindicações pela democratização do acordo político do pós-guerra (o fim das frequentes intervenções do rei na política e das prerrogativas militares) e a crescente militância dos trabalhadores e dos estudantes, foram recebidas em 1967 com um golpe de Estado pelos militares. Um regime autoritário altamente repressivo duraria até agosto de 1974, tendo o seu episódio mais brutal no esmagamento da rebelião estudantil de novembro de 1973, que deixou um saldo de 40 mortos e 1000 feridos (Kornetis 2003, 96; Pappas 1998, 27; Seferiades 1999, 24).

O regime militar acabaria por se desmoronar a 15 de julho de 1974, no seguimento do fracasso do golpe militar que patrocinara em Chipre e que levava a um estado de guerra iminente com a Turquia. Após as tropas turcas ocuparem Chipre para proteger a população turco-cipriota, a Junta Militar Grega, incapaz de resistir ao poder militar da Turquia, foi demitida pela alta hierarquia do exército. As elites conservadoras pré-1967 foram então trazidas de volta do exílio, a quem se pediu que inaugurassem um regime democrático. O líder conservador Konstantinos Karamanlis formou um governo de unidade nacional e, em novembro de 1974, as primeiras eleições livres do período democrático deram a vitória ao seu partido, a *Nova Democracia* (ND), com 54% dos votos. A *União de Centro* (EK) obteve 20,4%, o recém-fundado *Movimento Socialista Pan-helénico* (PASOK), liderado pelo filho de George Papandreou, Andreas, obteve 13,5% dos votos, e uma coligação de pequenos partidos de esquerda, a *Esquerda Unida*, 9,5%.

Embora a maioria dos oficiais da Junta militar tenha sido julgada, apenas os responsáveis pelas mortes da rebelião estudantil do Politécnico receberam uma punição severa. Os elementos de extrema-direita nas forças policiais, militares e serviços de informação nunca foram removidos, o que condicionou a transição democrática. Um golpe de direita, envolvendo 250 oficiais do exército, foi evitado em fevereiro de 1975. Mais importante ainda, a extrema direita sempre manteve uma presença significativa na arena eleitoral. Nas primeiras eleições nacionais, a EDE – *União Democrática Nacional* (monárquicos, fascistas e simpatizantes da ditadura militar), numa campanha onde defendeu o regresso do regime anterior e a adoção da monarquia, conquistou apenas 1% dos votos. Mas outro novo partido de extrema direita, a *Frente Nacional* (EP), obteve 7% dos votos nas eleições gerais de 1977, fazendo campanha contra a democratização e pela amnistia dos membros da Junta que então cumpriam pena de prisão. Com o tempo, a EP tornou-se um partido de chantagem, disputando o eleitorado com o centro-direita da ND, empurrando-a para posições conservadoras cada vez mais acirradas. Além disso, a EP estabeleceu relações estreitas com o bloco ultraconservador da ND, liderado por Evangelos Azeroff, conseguindo chantagear as lideranças reformistas de Karamanlis e seus sucessores e obrigando a ND a apresentar candidaturas conjuntas com a EP nas eleições de 1981 (Alivizatos e Diamandouros 1997; Pappas 1998; 153; Pappas 2001, 242-248).

Ao mesmo tempo, a brutal repressão do Estado sobre a sociedade civil após o golpe militar tinha levado ao surgimento de organizações de esquerda clandestinas empenhadas na luta armada, que continuaram a operar no novo regime democrático. Os seus principais grupos eram a *Luta Revolucionária Popular* (ELA) e o *Grupo 17 de novembro*, assim denominado em homenagem ao dia da Rebelião do Politécnico (della Porta, Fernandes et al. 2018, 41-42). Nestas condições, era impossível formar uma coligação progressista. O protesto como forma legítima de acção política foi condenado por todos os partidos políticos parlamentares, inclusive os de esquerda, por temerem a desestabilização do novo regime através de uma reacção de direita. Os comunistas (KKE) até fizeram uma aliança com a direita para ganhar respeitabilidade democrática (mesmo mantendo uma ideologia comunista ortodoxa), expressa no governo de coligação KKE-ND de 1989 (Bosco e Gaspar 2001, 341; della Porta et al. 2018). E qualquer tradição de cooperação entre sindicatos, estudantes e outros movimentos foi apagada (Kornetis 2003, 89-90).

Como consequência, na Grécia a ruptura com o passado autoritário foi muito fraca. Na verdade, o controlo estatal sobre a sociedade civil acabou por ser fortalecido durante o período democrático, pois, ao contrário do que aconteceu em Portugal, as antigas estruturas verticais do corporativismo estatal, que remontavam à década de 1920, foram adaptadas aos novos tempos. Os interesses populares, especialmente dos trabalhadores, agricultores e funcionários públicos, foram submetidos ao controlo a partir "de cima", pois o Estado continuou a impor a filiação em confederações nacionais únicas (também responsáveis pela alocação de fundos de bem-estar) e assim mais facilmente a interferir nos assuntos internos destas, quer influenciando os funcionários responsáveis pelas eleições nas confederações sindicais, quer através da própria nomeação seus executivos destas (Sotiropoulos 2006, 206).

Entre 1981 e 1989 este sistema seria aperfeiçoado pelos governos PASOK. Estabeleceu-se um sistema estatal obrigatório de contribuições dos trabalhadores cujos fundos eram entregues aos sindicatos pelo ministro do trabalho segundo critérios de favoritismo político. Os governos também recorreram frequentemente aos tribunais para substituir os dirigentes eleitos das associações e criou-se um sistema de representação proporcional nas eleições para as lideranças dos grupos de interesse, o que facilitou o seu alinhamento com o governo em vigor (Diamandouros 1983; Sotiropoulos 2013, 20-21).

As forças policiais também não foram reformadas, mantendo as suas antigas práticas autoritárias. De facto, os governos dos Karamanlis fortaleceram a cultura de repressão do protesto com a criação de uma tropa de choque especial. Um padrão de confronto violento com os manifestantes perdura assim até aos dias de hoje, como se verificou nos motins de dezembro de 2008, vários dias de confrontos entre estudantes e polícia desencadeados pela morte de um jovem anarquista de 15 anos por um polícia. Ou na "Batalha pela Praça Syntagma" em 28-29 de junho de 2011, quando dezenas de milhares de pessoas entraram em confronto com a polícia, bloqueando ruas, erguendo barricadas e tentando invadir o Parlamento. Esta

cultura policial autoritária tem ainda uma outra expressão no apoio considerável que a polícia de choque deu à formação neo-fascista *Aurora Dourada* (GD) (della Porta, Fernandes et al. 2018, 41- 43, 72).

Do lado da sociedade civil, este estado de coisas dificultou a sobrevivência de qualquer movimento ou associação independente do sistema corporativista estatal, como os sindicatos dos trabalhadores precários, os movimentos de mulheres, ambientalistas, de assistência social, e as associações de consumidores e de imigrantes (Sotiropoulos 2013, 4-7; Featherstone 1990, 190-194). Na Grécia, os movimentos sociais em geral permanecem desconectados dos partidos e das instituições. E embora adotando uma organização interna segundo modelos de democracia direta e de governação por assembleia, permanecem demasiado fechados sobre si próprios (della Porta, Fernandes et al. 2018, 41-43).

Como consequência, as políticas públicas têm sido muito menos inclusivas e igualitárias do que em Portugal. Por exemplo, as políticas sociais tendem a ser baseadas em critérios particularistas, e não universais. O clientelismo partidário dominante após a Segunda Guerra Mundial foi “democratizado” pelos novos partidos, sobretudo pelo PASOK, que expandiu uma enorme rede clientelar a partir da posição que adquiriu no Estado e no sistema corporativista (Sotiropoulos 1996, 47, 50). Também as políticas de género, como a adopção de quotas para mulheres nos órgãos dos partidos políticos e nas instituições representativas, só passaram a fazer parte da agenda política por pressão da União Europeia (UE), e não como consequência da mobilização cívica e política (Costa 2018).

Contudo, este sistema ruiu sob o impacto da Grande Recessão. Quando em novembro de 2011, o governo PASOK implementou um amplo pacote de políticas de austeridade sob pressão da U.E., precipitou a sua própria queda. Nos anos seguintes, seguiu-se uma série de governos fracassados, incluindo um gabinete tecnocrático liderado pelo banqueiro Loukas Papademos apoiado por uma coligação composta pelo PASOK, ND e o partido de extrema direita LAOS. As eleições de 6 de maio de 2012 foram vencidas pela ND, com o PASOK a sofrer perdas de mais de 30% dos. Novas eleições em 17 de junho de 2012 produziram um novo sistema partidário bipolar, com a ND dominante à direita e a esquerda radical representada pelo SYRIZA a ganhar a maior parte do antigo eleitorado do PASOK. O SYRIZA tornou-se então o maior partido da esquerda. A ND formou então um governo de coligação com o PASOK e o centro-esquerda DIMAR (*Esquerda Democrática*).

Novas eleições em 25 de janeiro de 2015 deram ao SYRIZA a sua primeira vitória eleitoral, sendo Alexis Tsipras empossado como primeiro-ministro. Até 2009, o SYRIZA tinha muito poucos membros, sendo apenas uma fraca coligação de pequenos partidos e colectividades. Mas durante a grande recessão desenvolveu uma estratégia de ligação à sociedade civil, apoiando especialmente as redes informais de solidariedade que surgiram para aliviar a pobreza e coordenando a distribuição de bens e serviços essenciais em todo o país. Também ganhou alguma influência nos sindicatos e nas organizações estudantis. Ainda

assim, ao chegar ao governo, ficou logo evidente que o SYRIZA não seria o equivalente grego de uma coligação progressista. De fato, surpreendeu o seu próprio eleitorado ao estabelecer um acordo com o partido nacionalista de direita ANEL (*Aliança Patriótica Nacional*). Quando estava prestes a receber o segundo empréstimo de resgate, recusou-se a cumprir as exigências dos credores, convocando um referendo sobre os termos do resgate em 26 de junho de 2015, que foi rejeitado por 61,3% do eleitorado. Mas logo depois fez outra reviravolta ao assinar um terceiro empréstimo de resgate que incluía condições de austeridade ainda mais duras do que os acordos anteriores. Isto levou à deserção de 30 parlamentares do SYRIZA e a um novo pacto governamental entre Alexis Tsipras e a ANEL. Iniciou-se assim uma nova fase de austeridade, nos mesmos moldes dos governos de centro-direita e centro-esquerda anteriores, acabando o SYRIZA por ser substituído por um renovado governo de centro-direita da ND em 2019 (Tsatsanis 2019).

4. Observações finais

Portugal, tal como a Europa do Sul, caracterizou-se historicamente não apenas por profundas divisões entre as famílias de esquerda, com as proverbiais rivalidades e intensa polarização entre anarquistas, comunistas e socialistas, mas também por uma sociedade civil que alternava entre períodos de passividade e débil institucionalização, e períodos de protesto em massa, frequentemente anti-sistema e violentos (Bartolini 2000; Birnbaum 1988, 123). Esta característica contribuiu para a instabilidade política na região, sendo parcialmente responsável pelo estabelecimento de regimes antidemocráticos de direita entre as décadas de 1920 e 1940 (Linz 1975).

Mas a partir da década de 1970 este padrão foi parcialmente superado em Portugal, contribuindo a longo prazo para que a sua democracia adquirisse uma maior qualidade, através da formação e do impacto de coligações progressistas. O caso português mostra que as coligações progressistas têm um impacto positivo na qualidade da democracia através de quatro mecanismos causais. Em primeiro lugar, contribuem para a legitimidade política e o reconhecimento jurídico das organizações populares e da sociedade civil e das suas reivindicações. Em segundo lugar, produzem mais facilmente uma interligação institucional entre a sociedade civil e o Estado, tanto a nível local como nacional, permitindo que os grupos populares mais facilmente influenciem e moldem a formulação de políticas públicas (Bernhard, Fernandes e Branco 2017). Em terceiro lugar, tornam o Estado mais tolerante do protesto, com um policiamento menos repressivo. Finalmente, promovem mudanças culturais, tornando mais frequente a formação futura de novas coligações progressistas, sobretudo nalguns períodos eleitorais e novos ciclos de protesto (Fernandes 2014; della Porta, Fernandes et al. 2018).

Uma outra lição a tirar deste capítulo é que a polarização entre esquerda e direita e o conflito violento na sociedade civil aumentam com o crescimento da direita não democrática, o que não só é prejudicial para a vida democrática em si mesmo, mas também torna mais difícil a formação de coligações e alianças progressistas, essenciais para a criação de reformas políticas que consolidem e aprofundem a democracia. À medida que o século XXI vê o crescimento de uma direita xenófoba e iliberal, as reflexões contidas neste capítulo podem talvez ser de alguma relevância para a compreensão das condições de sobrevivência, estabilidade e qualidade das democracias liberais contemporâneas.

Bibliografia

Alivizatos, N. C., Diamandouros, P. N. 1997. "Politics and the Judiciary in the Greek Transition to Democracy". In A. J. McAdams (org.). *Transitional Justice and the Rule of Law in New Democracies*. Notre dame: University of Notre Dame Press.

Almeida, Pedro Tavares de. 1991. *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868- 1890)*. Lisboa: Difel.

Almeida, Sónia Vespeira de. 2002. "Novos Olhares sobre o Terreno. Etnografia das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas." *Arquivos da Memória*, 12, no. 13: 25 –42.

Ascoli, Ugo, Miguel Glatzer, and Dimitri A. Sotiropulos. 2013. "Southern European Welfare and Social Services: The Role of the Third Sector". Paper presented to the annual conference of the Council for European Studies, Amsterdam, June 25–27.

Bandeirinha, José 2007. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra.

Baptista, Fernando Oliveira. 2010. *Alentejo. A questão da terra*. Loulé: 100Luz.

Bartolini, Stefano. 2000. *The Political Mobilization of the European Left, 1860-1980*. Cambridge: Cambridge University Press.

Baumgarten, Britta. 2013. "Geração à Rasca and Beyond: Mobilizations in Portugal After 12 March 2011." *Current Sociology*, 61, no. 4: 457–73.

Bermeo, Nancy, Deborah Yashar. 2016. "Parties, Movements, and the Making of Democracy". In Nancy Bermeo, Deborah Yashar (org.). *Parties, Movements, and Democracy in the Developing World*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bermeo, Nancy, Jonas Pontusson (org.). 2012. *Coping with Crisis. Government Reactions to the Great Recession*. New York: Russell Sage Foundation.

Bermeo, Nancy, Larry Bartels (org.). 2014. *Mass Politics in Tough Times: Opinions, Votes, and Protest in the Great Recession*. Oxford: Oxford University Press.

Bermeo, Nancy, Philip Nord (org.). 2000. *Civil Society before Democracy. Lessons from Nineteenth Century Europe*. New York: Rowman and Littlefield.

Bermeo, Nancy. 1983. "Worker Management in Industry: Reconciling Representative Government and Industrial Democracy in a Polarized Democracy." In Lawrence S. Graham, Douglas S. Wheeler (org.). *In Search of Modern Portugal. The Revolution and its Consequences*. Madison: The University of Wisconsin Press.

Bermeo, Nancy. 1986. *The Revolution within the Revolution: Worker's Control in Rural Portugal*. Princeton: Princeton University Press.

Bermeo, Nancy. 1997. "Myths of Moderation: Confrontation and Conflict during Democratic Transitions". *Comparative Politics*, 29-3: 305–22.

Bermeo, Nancy. 2010. "Interests, Inequality, and Illusion in the Choice for Fair Elections". *Comparative Political Studies*, 43(8/9): 1119–1147.

Bernhard, Michael, Tiago Fernandes, Rui Branco (org.). 2017. "Civil, Society, Inequality and Democracy: Cross-Regional Comparisons". *Comparative Politics*,

Birnbaum, Pierre. 1988. *States and Collective Action: the European experience*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bosco, Anna, Carlos Gaspar. 2001. "Four Actors in Search of a Role: the Southern European Communist Parties". In P. Nikiforos Diamandouros, Richard Gunther (org.). *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.

Branco, Rui. 2018 "Patterns of Egalitarian Democracy". In Tiago Fernandes (org.). *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cancela, João. 2018. "Elections: Institutional Framework and Participation Dynamics". In Tiago Fernandes (org.) *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Cardina, Miguel. 2008. *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.

Carvalho, Lino de. 2000. *1969. Um Marco no Caminho para a Liberdade*. Lisboa: Edições Avante.

Cerezales, Diego Palacios. 2003. *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa, 1974–1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Costa, Edna. 2018. "Women's Political Representation: Exploring Pathways to Power". In Tiago Fernandes (org.) *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Crozier, Michel. 1981. "France's Cultural Anxieties under Gaullism: The Cultural Revolution Revisited". In William G. Andrews and Stanley Hoffmann (org.). *The Impact of the Fifth Republic in France*. Albany: State University of New York Press.

Cruz, Manuel Braga da. 1986. *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote.

della Porta, Donatella, Massimiliano Andretta, Tiago Fernandes, Eduardo Romanos, Markos Vogiatzoglou. 2018. *Legacies and Memories in Movements: Justice and Democracy in Southern Europe*. Oxford: Oxford University Press.

della Porta, Donatella, Massimiliano Andretta, Tiago Fernandes, Francis O'Connor, Eduardo Romanos, Markos Vogiatzoglou. 2016. *Late neoliberalism and its discontents: Comparing crises and movements in the European periphery*. London: Palgrave-Macmillan.

della Porta, Donatella. 1995. *Social Movements, Political Violence, and the State. A comparative analysis of Italy and Germany*. Cambridge: Cambridge University Press.

della Porta, Donatella. 2014. *Mobilizing for Democracy. Comparing 1989 and 2011*. Oxford: Oxford University Press.

Diamandouros, P. Nikiforos. 1983. "Greek Political Culture in Transition: Historical Origins, Evolution, Current Trends". In Richard Clogg (org.). *Greece in the 1980s*. London: MacMillan.

Downs, Charles. 1983. "Residents' Commissions and Urban Struggles in Revolutionary Portugal." In Lawrence S. Graham and Douglas S. Wheeler (ed.). *In Search of Modern Portugal. The Revolution and its Consequences*. Madison: The University of Wisconsin Press.

Duran-Muñoz, Rafael. 2000. *Contención y Transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*. Madrid: CEPC.

Esping-Andersen, Gosta. 1985. *Politics Against Markets. The Social Democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press.

Esping-Andersen, Gosta. 1998. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

Estanque, Elísio, Rui Bebiano. 2007. *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Featherstone, Kevin. 1990. "Political parties and democratic consolidation in Greece". In Geoffrey Pridham (org.). *Securing Democracy: Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*. London: Routledge.

Fernandes, Tiago, Cláudia Araújo, Isabel Gorjão Santos, Eduardo Romanos, Danijela Dolenc. 2020. "Ciclos de Protesto e Democracia em Portugal e em Espanha (2000-2017)". In Rui Branco, Tiago Fernandes (org.). *Forty-Five Years of Democracy in Portugal: Achievements and Prospects*. Lisbon: Assembleia da República – Coleção Parlamento.

Fernandes, Tiago, João Cancela, Edalina Rodrigues Sanches, José Santana-Pereira. 2019. *Democracy, Institutions and Political Culture: Southern Europe, 1970s-2010s*. Lisbon: Francisco Manuel dos Santos Foundation.

Fernandes, Tiago, João Cancela, Edalina Rodrigues Sanches, José Santana-Pereira. 2019a. *Political Culture and Democracy*. Lisbon: Francisco Manuel dos Santos Foundation.

Fernandes, Tiago, João Cancela, Michael Coppedge, Staffan I. Lindberg, Allen Hicken. 2015. "Measuring Political Participation in Southern Europe: The Varieties of Democracy Approach". *V-Dem Working Paper*. University of Gothenburg.

Fernandes, Tiago, Rui Branco. 2017. "Social Revolution Outcomes: Civil Society in Portugal, 1974-2000s". *Comparative Politics*, 49, 3: 411-431.

Fernandes, Tiago. 2007. "Authoritarian Regimes and Pro-Democracy Semi-oppositions. The end of the Portuguese dictatorship (1968-1974) in comparative perspective". *Democratization*, 14-4: 686-705.

Fernandes, Tiago. 2013. "Patterns of Civil Society after Authoritarianism: Portugal and Spain, 1970s-2000s". *Working Paper Series/Open Forum - Center for European Studies*, Harvard University.

Fernandes, Tiago. 2014. "Rethinking Pathways to Democracy: Civil Society in Spain and Portugal, 1960s – 2014". *Democratization*, 22, 6: 1074-1104.

Fernandes, Tiago. 2018. "Organizational Sources of Social Resilience and Progressive Governance: Portugal during and after Austerity (2008-2015)". in Francisco Bethencourt (org.). *Inequality in the Portuguese-Speaking World*. Eastbourne: Sussex Academic Press.

Fernandes, Tiago. 2018b. "Introduction: Political Origins of Democracy in Southern Europe: parties, civil society and progressive coalitions ". In Tiago Fernandes (org.) *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Fishman, Robert M. 1990. *Working-Class Organization and the Return to Democracy in Spain*. Ithaca and London: Cornell University Press.

Fishman, Robert M. 2011. "Democratic Practice after the Revolution: the case of Portugal and Beyond". *Politics and Society*, 39-2: 233-267.

Fishman, Robert M. 2019. *Democratic Practice. Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Oxford: Oxford University Press.

Flores-Macias, Gustavo. 2018. "Mexico's PRI: The Resilience of an Authoritarian Successor Party and its Consequences for Democracy". In James Loxton, Scott Mainwaring (org.). *Life after Dictatorship. Authoritarian Successor Parties Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.

Foran, John, and Jeff Goodwin. 1993. "Revolutionary Outcomes in Iran and Nicaragua: Coalition Fragmentation, War, and the Limits of Social Transformation." *Theory and Society*, 22-2: 209–247.

Fortes, Braulio Gómez. 2009. *O Controlo Político dos Processos Constituintes. Os casos de Espanha e Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Golden, Miriam. 1986. "Interest Representation, Party Systems, and the State: Italy in Comparative Perspective". *Comparative Politics*, 18-3: 279-301.

Gunther, Richard, P. Nikiforos Diamandouros, and H. J. Puhle (ed.). 1995. *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.

Hammond, John L. 1988. *Building Popular Power: Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*. New York: Monthly Review Press.

Hunt, Lynn. 1984. *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. Berkeley: University of California Press.

Karl, Terry Lynn. 2014. "Inequality and Democracy: Latin American Lessons for the United States". In Daniel Brinks, Marcelo Leiras, and Scott Mainwaring (ed.). *Reflections on Uneven Democracies. The Legacy of Guillermo O'Donnell*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Karl, Terry. 1990. "Dilemmas of Democratization in Latin America." *Comparative Politics*, 23, no. 1: 1–21.

Kopstein, Jeffrey, Michael Bernhard. 2014. "Post-Communism, the Civilizing Process, and the Mixed Impact of Leninist Violence". *East European Politics & Societies*, 29-2: 379-390.

Kornetis, Konstantinos. 2003. "Un 68 Periférico? Reflexiones sobre un Análisis Comparativo de la Resistencia Estudiantil en los Regímenes Autoritários de la Grecia de los Coroneles y de la España Tardofranquista". *Studia Historica*, 21: 83-112,

Linz, Juan. 1975. "Totalitarian and Authoritarian Regimes". In Fred I. Greenstein, Nelson Polsby (org.). *Handbook of Political Science, vol. III*. Reading: Addison-Wesley.

Linz, Juan. 1979. "Legislatures in Organic Statist Authoritarian Regimes: The case of Spain". In Joel Smith, Lloyd D. Musolf (org.). *Legislatures in Development: Dynamics of Change in New and Old States*. Durham: Duke University Press.

Linz, Juan. 1997. "El liderazgo inovador en la transición a la democracia y en una nueva democracia". In Manuel Alcantara, Antónia Martinez (org.). *Política y Gobierno en España*. Valencia: Tirant lo Blanch.

Lisi, Marco. 2016. "U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support." *South European Society and Politics*, 21-4: 541-560.

Lucena, Manuel de, Carlos Gaspar. 1991. “Metamorfoses corporativas? Associações de interesses económicos e institucionalização da Democracia em Portugal (I)”. *Análise Social*, 26-114: 847-903.

Magalhães, Pedro T. 2018. “Shared Legacy, Divergent Ruptures: Subnational Democracy“. In Tiago Fernandes (org.) *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Magalhães, Pedro. 2015. “Explaining the Constitutionalization of Social Rights: Portuguese Hypotheses and a Cross-national Test.” In Denis J. Galligan and Mila Versteeg (ed.). *Social and Political Foundations of Constitutions*. New York: Cambridge University Press.

Martins, Hermínio. 2018. *As Mudanças de Regime em Portugal no século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Maxwell, Kenneth. 2009. “Portugal: The Revolution of the Carnations”. In Adam Roberts, Timothy Garton Ash (org.). *Civil Resistance and Power Politics. The Experience of Non-violent Action from Gandhi to the Present*. Oxford: Oxford University Press.

Mouzelis, Nicos, 1986. *Politics in the Semi-Periphery. Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America*. London: MacMillan.

Mouzelis, Nicos. 1978. *Modern Greece. Facets of Underdevelopment*. London: MacMillan.

Nunes, Cristina. “Expressões alterglobais na sociedade Portuguesa: Ecos transnacionais de novas formas de acção colectiva?” CIES e-Working Paper 104, Lisbon, Portugal, 2011.

O’Donnell, Guillermo, Philippe C. Schmitter. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

Offe, Claus. 1994. “Challenging the boundaries of institutional politics: social movements since the 1960s”. In Charles S. Maier (org.). *Changing boundaries of the political. Essays on the evolving balance between the state and society, public and private in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Oliveira, Luísa Tiago de. 2004. *Estudantes e Povo na Revolução: o Serviço Cívico Estudantil (1974–1977)*. Lisboa: Celta.

Pappas, Takis S. 2001. “In Search of the Center: Conservative Parties, Electoral Competition, and Political Legitimacy in Southern Europe’s New Democracies”. In P. Nikiforos Diamandouros, Richard Gunther. *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.

Paschos, Georg, Zissis Papadimitriou. 1998. “Collaboration without Nemesis: on the Restoration of Political Continuity in Greece after World War II”. In Stein Larsen (org.). *Modern Europe after Fascism*. Boulder: Social Science East European Monographs.

Pereira, José Santana, Pedro Sousa. 2018. “Media and Politics”. In Tiago Fernandes (org.). *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereirinha, José A. 2006. “Poverty and anti-poverty policies in Portugal: The Experience of the Guaranteed Minimum Income”. In Maria Petmesidou, Christos Papatheodorou (org.). *Poverty and social deprivation in the Mediterranean. Trends, Policies and Welfare Prospects in the New Millennium*. London: Zed Books.

Pinto, António Costa. 1995. *Salazar’s Dictatorship and European Fascism*. Boulder: Social Science Monographs/Columbia University Press.

Pinto, António Costa. 1995b. “The Far Right in Contemporary Portugal”. In Luciano Cheles, Ronnie Ferguson, Michalina Vaughan (org.). *The Far Right in Western and Eastern Europe*. London and New York: Longman.

Pinto, António Costa. 1998. “Dealing with the Legacy of Authoritarianism: Political Purges and Radical Right Movements in Portugal’s Transition to Democracy, 1974-1980s”. In Stein Larsen (org.). *Modern Europe after Fascism*. Boulder: Social Science East European Monographs.

Pinto, António Costa. 2001. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pinto, António Costa. 2015. *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70.

Raimundo, Filipa, António Dias. 2020. “‘Guerreiros Mnemónicos’. Os Partidos Políticos e a Memória da Transição Portuguesa durante as Celebrações Oficiais do 25 De Abril”. In Rui Branco, Tiago Fernandes (org.). *Forty-Five Years of Democracy in Portugal: Achievements and Prospects*. Lisboa: Assembleia da República – Coleção Parlamento.

Ramos Pinto, Pedro. 2008. “Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974–1976.” *The Historical Journal*, 51, no. 4: 1025– 1046.

Ramos, Rui. 1986. “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”. *Análise Social*, 22-90: 109-135.

Rezola, Maria Inácia. *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

Rodrigues, Luís Nuno. 2010. *Spínola*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Rosanvallon, Pierre. 2000. *La démocratie inachevée*. Paris: Gallimard.

Sanches, Edalina Rodrigues, “Party Systems in a Comparative Perspective”, In Tiago Fernandes (org.) *Varieties of Democracy in Southern Europe, 1968-2016: A Comparison of France, Italy, Greece, Portugal, and Spain*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sánchez Cervelló, Josep. 1993. *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Santos, Boaventura Sousa. 1992. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.

Sartori, Giovanni. 1966. "European Political Parties: The Case of Polarized Pluralism". In Joseph LaPalombara, Myron Weiner (org.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.

Schmitter, Philippe C. 1975. "Liberation by *Golpe*: Retrospective Thoughts on the Demise of Authoritarian Rule in Portugal". *Armed Forces and Society*, 2-1: 5-33.

Schmitter, Philippe C. 1999. "A Consolidação da Democracia Política no Sul da Europa". in Philippe C. Schmitter. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Seferiades, Seraphim. 1999. "Low Union Density Amidst a Conflictive Contentious Repertoire: Flexible Labour Markets, Unemployment, and Trade Union Decline in Contemporary Greece", *Working Paper SPS No. 99/6*, EUI.

Sewell, William H. 1990. "Collective Violence and Collective Loyalties in France: Why the French Revolution made a Difference". *Politics and Society*, 18-4: 527-552.

Slater, Dan, Joseph Wong. 2013. "The Strength to Concede: Ruling Parties and Democratization in Developmental Asia". *Perspectives on Politics*, 11-3: 717-733.

Sotiropoulos, Dimitri A. 1996. *Populism and Bureaucracy. The case of Greece under PASOK 1981-1989*. Notre Dame: Notre Dame University Press.

Sotiropoulos, Dimitri A. 2006. "Old Problems and New Challenges: The Enduring and Changing Functions of Southern European Bureaucracies". In Richard Gunther, P. Nikiforos Diamandouros, Dimitri A. Sotiropoulos (org.). *Democracy and The State in the New Southern Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Sotiropoulos, Dimitri A. 2013. "Civil Society in Greece Before and After the Eruption of the Crisis." Paper presented to the annual conference of the Council for European Studies, Amsterdam, June 25–27.

Sotiropoulos, Dimitri. 1996. *Populism and Bureaucracy. The Case of Greece under PASOK 1981-1989*. Notre Dame: Notre Dame University Press.

Suri, Jeremy. 2003. *Power and Protest. Global Revolution and the Rise of Détente*. Cambridge: Harvard University Press.

Tarrow, Sidney. 2018. "Il 1968 come momento critico: tra cambiamento sinottico e graduale". In Donatella della Porta (org.). *Sessantotto. Passato e presente dell'anno ribelle*. Milano: Feltrinelli.

Tilly, Charles. 1986. *The Contentious French*. Cambridge and London: The Belknap Press of Harvard University Press.

Tilly, Charles. 2004. *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tsatsanis, Emmanouil. 2019. “The Swift Unravelling: Party System Change and Deinstitutionalization in Greece during the Crisis”. In Marco Lisi (org.). *Party System Change, the European Crisis and the State of Democracy*. Oxon: Routledge.

Valenzuela, J. Samuel. 1991. “Labor Movements and Political Systems: A Conceptual and Typological Analysis”. *Working Paper #167*. Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame.

Varela, Raquel. 2011. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand.

Viterna, Jocelyn, Kathleen M. Fallon. 1998. “Democratization, Women’s Movements, and Gender-Equitable States: A Framework for Comparison”. *American Sociological Review*. 73-1: 668 –689.

Ziblatt, Daniel. 2017. *Conservative Parties and the Birth of Democracy*. New York: Cambridge University Press.